



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão  
PJe - Processo Judicial Eletrônico

26/11/2025

Número: **0800480-19.2019.8.10.0100**

Classe: **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**

Órgão julgador: **Vara Única de Mirinzal**

Última distribuição : **31/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 20.000,00**

Assuntos: **Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHAO (EXEQUENTE)			
MUNICIPIO DE MIRINZAL (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15189 0362	17/06/2025 20:47	<a href="#">Processo 0800480-19.2019.8.10.0100. Execução judicial TAC. Concurso público Mirinzal</a>	Petição



**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRINZAL**

**PROCESSO Nº 0800480-19.2019.8.10.0100**  
**EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**  
**EXEQUENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
**EXECUTADO:** MUNICÍPIO DE MIRINZAL

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Sr. Juiz,

Trata-se de ação de execução de título extrajudicial proposta pelo Ministério Público em desfavor do Município de Mirinzal, com a finalidade de compelir o ente público ao cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 01/2018, o qual previa, entre outras medidas, a realização de concurso público para regularização da contratação de pessoal no âmbito da administração municipal.

Em despacho recente (ID 125942814), o juízo determinou a intimação pessoal do Município, por meio de sua Procuradoria, para que comprovasse o cumprimento da obrigação de fazer, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de imposição de multa diária. Ainda, fixou-se a possibilidade de responsabilização pessoal do gestor municipal em caso de inércia, nos termos do art. 536, §3º do CPC.

Na petição ora anexada (ID 141559900), o Município requereu nova suspensão do feito, argumentando que a atual gestão assumiu o Executivo há menos de dois meses (à época do protocolo, fevereiro de 2025), e que, por tal razão, necessitaria de tempo hábil para avaliar a viabilidade da retomada do procedimento licitatório anteriormente instaurado, ou, alternativamente, adotar medidas compatíveis com a obrigação exequenda. Requereu, ainda, o afastamento da multa pessoal imposta ao gestor municipal, alegando ausência de culpa da administração atual pela inércia das gestões anteriores.

**DA ANÁLISE DA POSTURA MUNICIPAL E DA REITERAÇÃO DE FUNDAMENTOS PROTRELATÓRIOS**

Compulsando os autos e as manifestações pretéritas do Município de Mirinzal, **verifica-se um reiterado padrão de conduta caracterizado pela constante apresentação de justificativas e pedidos de dilação de prazo** que, à luz do princípio da razoabilidade e da boa-fé processual, mostram-se insustentáveis e destituídos de efetiva comprovação.

Desde o ajuizamento da presente execução, em 31/07/2019, o cumprimento do TAC, firmado em 13/04/2018, tem sido protelado sob diversas alegações

**MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025**

Rua Senador José Patrício, s/n - Centro, Mirinzal / MA CEP: 65.265-000 Telefone: (98) 3399-1093 e-mail: [pjmirinzal@mpma.mp.br](mailto:pjmirinzal@mpma.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRINZAL**

que não se materializaram em ações concretas ou que foram oportunamente desqualificadas.

1. **Alegações iniciais de divergências políticas e pandemia:** A manifestação de ID 32965560 (08/07/2020) reportou "divergências políticas" e os impactos da "pandemia do novo coronavírus (Covid-19)" como entraves à votação do Projeto de Lei que criaria cargos para o concurso. Tais argumentos, embora contextualmente válidos à época, não foram acompanhados de demonstrações de esforços mitigatórios ou de um cronograma claro para superação dos óbices.

2. **Sessão licitatória deserta e falta de prova do requerimento de nova convocação:** A petição de ID 36827902 (15/10/2020) informou a publicação do aviso da Tomada de Preços nº 001/2020, mas a sessão foi posteriormente declarada "deserta", conforme ata de ID 37429567 (29/10/2020). A mera constatação da ausência de interessados em um certame inicial não exime o gestor da obrigação de buscar alternativas ou de relançar o procedimento com ajustes que possam atrair licitantes. A simples declaração de "prorrogação do certame" sem a juntada de atos formais subsequentes, como a republicação do edital ou a convocação de novo certame, denota inércia.

3. **Tese da "perda de documentos" e ação de recuperação:** O Município, na manifestação de ID 40095283 (21/01/2021), suscitou a "perda de todos os documentos relativos aos procedimentos licitatórios" da gestão anterior, informando o ajuizamento de uma ação específica para a recuperação de tal acervo (Processo nº 0800054-36.2021.8.10.0100). Embora reconhecida a complexidade da situação, a ineficácia na recuperação de tais documentos após anos, sem a comprovação de uma impossibilidade real e superveniente de sua reconstituição ou da instauração de um novo e completo processo licitatório com o devido levantamento de informações, não pode ser usada como justificativa permanente para o descumprimento do TAC. A dependência do presente feito à demanda de recuperação documental, que não avança ou não alcança o objetivo de resgatar o acervo, se traduz em uma manobra dilatórias.

4. **"Nulidade do projeto de lei" e imputação de responsabilidade à gestão anterior:** A petição de ID 62894893 (17/03/2022) inovou ao argumentar a "nulidade de pleno direito" da Lei Municipal que subsidiava o concurso, em virtude de sua suposta edição em período vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Tal alegação, além de tardia, transfere a responsabilidade para atos de gestões pretéritas, sem demonstrar a adoção de medidas saneadoras pela administração à época da manifestação, que já contava com considerável período de gestão para identificar e corrigir tais vícios ou instaurar um novo processo legislativo e administrativo sem as máculas apontadas.

5. **Restrição em cadastros de devedores:** A informação de ID 114692559 (15/03/2024) acerca de uma "possível restrição" no SPC/SERASA e o pedido de sua retirada, embora pertinente, em nada descaracteriza o descumprimento da





**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRINZAL**

obrigação principal, servindo apenas para ilustrar as consequências do inadimplemento contumaz.

## **DA POSTURA CONTUMAZ E INJUSTIFICÁVEL DA GESTÃO MUNICIPAL**

Contudo, verifica-se que, transcorridos mais de 6 (seis) meses desde o início do novo mandato (fevereiro de 2025), prazo mais do que razoável para que a administração tomasse conhecimento da presente demanda judicial e providenciasse, ao menos, a reativação dos trâmites administrativos mínimos, como levantamento da situação jurídica e fática do procedimento licitatório anterior ou instauração de novo processo administrativo para cumprimento da obrigação assumida no TAC.

A alegação de "recente gestão", portanto, não mais se justifica para a manutenção da inércia do Município. A boa-fé processual e a efetividade das decisões judiciais exigem postura ativa da administração pública no cumprimento das obrigações judicialmente reconhecidas. O cenário posto demonstra uma inércia que já perdura por mais de 7 (sete) anos desde a assinatura do TAC, lapso temporal inaceitável para o cumprimento de uma obrigação tão elementar quanto a realização de concurso público. As justificativas apresentadas ao longo dos anos têm se mostrado infundadas, insuficientemente comprovadas e, em última análise, meramente protelatórias.

A omissão contumaz do Município, independentemente da alternância de gestões, configura um desrespeito à ordem jurídica e um grave atentado aos princípios da Administração Pública, como a legalidade, a impessoalidade e a eficiência, exigindo uma pronta e firme resposta do Poder Judiciário.

O descumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta e das reiteradas determinações judiciais compromete a credibilidade das instituições e acarreta prejuízos diretos à população, que se vê privada de um serviço público adequado e da oportunidade de acesso equânime a cargos públicos.

## **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, o Ministério Público requer, com fundamento no poder geral de cautela do Juiz, baseado em especial na aplicação analógica do art. 536 do Código de Processo Civil:

1. O **indeferimento do pedido de suspensão da execução** formulado pelo Município de Mirinzal na petição de ID 141559900;
2. A **intimação do Município**, por meio de sua Procuradoria, para que, no prazo de

**MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025**

Rua Senador José Patrício, s/n - Centro, Mirinzal / MA CEP: 65.265-000 Telefone: (98) 3399-1093 e-mail: [pjmimirinzal@mpma.mp.br](mailto:pjmimirinzal@mpma.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRINZAL**

**30 (trinta) dias**, comprove nos autos as providências já adotadas pela atual gestão nos últimos seis meses, com vistas ao cumprimento da obrigação de fazer assumida no TAC n.º 01/2018, conforme já determinado no despacho de ID 125942814;

3. No mesmo prazo (30 dias), que **apresente (obrigação de fazer) relação de todos os contratados**, na forma da lei municipal ou outro diploma legal (deve juntar aos autos cópia da legislação, comprovando sua existência e validade) existentes no município, informando como se deu o processo de contratação/escolha e qual o fundamento legal. No mesmo prazo deverá **apresentar o negócio jurídico celebrado (contrato) ou termo de nomeação, bem como planilha discriminada das referidas contratações**, sob pena de, não o fazendo ou dificultando dolosa ou culposamente o cumprimento das medidas, sujeitar-se o seu representante **às penas do art. 1º, inciso XIV, do Decreto-Lei nº 201/67**, além dos atos de improbidade, sujeitando-se ao envio de cópia dos autos, ante o descumprimento das decisões e obrigações legais pelo edil, ao Procurador Geral de Justiça, para adoção de providências no âmbito criminal.

4. Ainda, que **apresente (obrigação de fazer) relação de todos os cargos efetivos criados por lei que existem no âmbito do município**, devendo ainda informar:

- a) Quais CARGOS se encontram vagos;
- b) Quais CARGOS encontram-se ocupados por servidores efetivos, mas que se encontram afastado por qualquer motivo juridicamente válido que ensejou o preenchimento por contratação temporária;
- c) Quais CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS foram realizadas sem a correspondendo existência de cargo, neste devendo fundamento a motivação;
- d) Relação de todos os contratados, sem concurso público, que estão cedidos para outros órgãos;

5. Determinar que no prazo de 60 (sessenta) dias o município de Mirinzal/MA **apresente Plano de Gestão e Regularização de Servidores Públicos**, de modo que se possa saber a real necessidade do ente, que contemple, no mínimo os seguintes elementos:

- a) **Diagnóstico completo e atualizado do quadro de pessoal**, contendo o quantitativo, a lotação, a função exercida e a forma de vínculo de todos os agentes públicos, bem como a justificativa legal para cada contrato temporário vigente;
- b) **Estudo da necessidade real de pessoal por órgão ou secretaria**, que fundamente a criação de cargos e a definição do número de vagas;
- c) **Cronograma detalhado para a realização de concurso público para**





**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRINZAL**

---

**o provimento dos cargos de natureza permanente, com prazos definidos para:** (i) o envio à Câmara Municipal de projetos de lei para criação/adequação dos cargos, se necessário; (ii) a contratação da banca examinadora; (iii) a publicação do edital; (iv) a realização das provas; e (v) a homologação do resultado e nomeação dos aprovados;

- d) **Plano de redução gradual dos contratos temporários irregulares**, a ser executado concomitantemente à nomeação dos aprovados no concurso, garantindo a continuidade dos serviços públicos;
- e) Definição dos critérios e procedimentos objetivos e transparentes para as futuras contratações por tempo determinado, estritamente nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público previstos em lei, a serem publicados no Portal da Transparência;
- f) Estudo de impacto orçamentário-financeiro que demonstre a compatibilidade do plano com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mirinzal/MA, 17/06/2025.

*Assinado eletronicamente (\*)*

**CARLOS RAFAEL FERNANDES BULHÃO**  
PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DA 2.<sup>a</sup> PJCHA,  
RESPONDENDO.

